

# A ponte que falta

AJ12134



**Q**uarta ponte. Metrô. Já existe até uma integração “política” entre eles, mesmo inexistindo projetos. Não falta a “movimentação” intensa sobre a terceira ponte. É notória a fascinação exercida pelas propostas e pelos debates sobre transportes – notadamente as grandes obras viárias. Será que isso tem a ver com eleições? Não é que o tema não seja relevante. Porém, busca-se agradar tanto o carro, quanto o transporte coletivo. Resultado: acaba-se não se atendendo nem a um, nem a outro. Estão aí os congestionamentos e os ônibus sufocantes. Também não se consideram os modais de transporte coletivos adequados à Grande Vitória. Desconsideram-se as interações entre essas opções e modelos de ocupação do território. Dominam, então, as propostas setoriais e pontuais.

A Grande Vitória não tem um planejamento sistematizado. Data de 1976 o “Plano de Estruturação do Espaço da Grande Vitória” – o PEE, tecido na então Fundação Jones dos Santos Neves. Transcorridas mais de três décadas, não só o PEE não foi atualizado, como também não vingou outra concepção de planejamento integrado da Grande Vitória. O PEE foi o primeiro plano, e último, que exerceu influências nas decisões públicas. De lá para cá houve vários estudos, e até ensaios de planos. Mas ficaram no papel. Predominou o enfoque legalista: a ampliação da Grande Vitória com mais municípios e a tônica da criação de meios – incluindo um “Sistema Gestor”. Todo esse aparato está dissociado de uma negociação política, um planejamento metropolitano compartilhado – não só de transportes – entre governo do Estado, prefeituras municipais e sociedade.

Nesse “vazio” do planejamento metropolitano, as prefeituras formularam ou estão formulando as “agendas 21” municipais. Vila Velha a

**O enfoque da mobilidade não pode estar desconectado da abordagem metropolitana, que não se resume a transporte e uso do solo**

concluiu; Serra está na fase final; e Vitória, começando-a. Mas não há a ponte que ligue esses planejamentos municipais participativos a um planejamento metropolitano pactuado. Até porque inexistente a agenda 21 da Grande Vitória. É mais do que sabido que ela não resulta da soma das agendas 21 municipais.

Enquanto isso, aceleram-se em toda a Grande Vitória mudanças estruturais. Na Serra, a economia deixa de ser só industrial, com o crescimento do comércio e dos serviços qualificados. Os projetos residenciais voltados para uma maior renda alterarão o perfil sociocultural local. Essas mudanças repercutirão não só no âmbito municipal, mas também na Grande Vitória. Despontam transformações demográficas, requerendo redefinições nas políticas públicas. O enfoque da mobilidade não pode estar desconectado da abordagem metropolitana – e que não se resume à transporte e uso do solo. Ainda não se trata das tecnologias de informação e comunicação e dos seus fluxos.

É imprescindível, então, que a “obra” do planejamento metropolitano – uma espécie de novo PEE – constranja esse trânsito de projetos dispersos e se constitua em um sinal norteador da tão necessária cultura metropolitana na Grande Vitória do século 21.

■ ■ Roberto Garcia Simões, professor da Ufes, escreve às terças-feiras. e-mail: robertog@npd.ufes.br